

GRUPO PARLAMENTAR



Proposta de Lei n.º 5/XIV  
Orçamento do Estado para 2020

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Capítulo IX

Outras disposições

Artigo 185.º A

Estudo sobre o Impacto da Poluição Luminosa no Ambiente

- 1 - Até ao final do ano de 2020, o Governo realiza e apresenta, à Assembleia da República um Estudo sobre o Impacto da Poluição Luminosa no Ambiente, incidindo nomeadamente nos impactos que os diversos tipos de iluminação e a sua aplicação concreta nas ruas do país, têm na saúde humana, nos ecossistemas, particularmente para animais noctívagos e na biodiversidade, e inclui propostas para atenuar problemas que eventualmente identifique.
- 2 - Sem prejuízo de outras áreas, o Estudo referido no número anterior incide sobretudo ao nível:
  - a) Da eficiência energética, estudando designadamente a percentagem de luminosidade artificial que é desaproveitada e conseqüente desperdício energético;
  - b) O impacto da má conceção de luminárias - para além da questão energética também o que isso representa em termos de impacto na biodiversidade (desorientação, alteração dos ciclos biológicos, etc.) e em termos de perda de ativos estratégicos (observação astronómica, entre outros) nomeadamente para diversos tipos de turismo;
  - c) Dos impactes na saúde humana associados quer ao tipo de iluminação utilizada (led branco e impactos na saúde) quer em termos de alterações nos ciclos biológicos.

Justificação: No âmbito do combate às Alterações Climáticas é necessário criar projetos/planos que conservem e protejam a natureza, a biodiversidade e o ser humano. Contudo, a poluição luminosa continua a não surgir como uma prioridade nos problemas ambientais, apesar dos reconhecidos impactos nos ecossistemas, no céu noturno e, possivelmente, no ser humano. Ver um céu repleto de estrelas é cada vez mais difícil em Portugal pois a luz artificial tem aumentado nas últimas décadas.

No entanto, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, o entendimento é diferente e a poluição luminosa já é reconhecida e existem diferentes projetos a decorrer com o apoio do Estado para que se trabalhe no sentido da proteção da biodiversidade costeira.

Alguns estudos defendem que a intensidade da luz e a orientação mal concebida pode colocar em risco a segurança de condutores e peões. Outros estudos defendem que o LED branco utilizado para a eficiência energética dos municípios portugueses, pode mesmo ser responsável pela incidência de determinadas doenças nos seres humanos.

As dúvidas relativas aos impactos da luz artificial nos seres humanos ainda existem, por isso torna-se necessário que o Governo promova a execução de um estudo que indique quais as consequências da luz artificial para que não se esteja hoje a fazer investimentos que mais tarde tenham de ser repostos, substituindo lâmpadas que se revelem perniciosas, e que se trabalhe verdadeiramente na eficiência da energia sem se colocar em perigo a saúde dos portugueses.

Palácio de S. Bento, 27 janeiro de 2020.

Os Deputados,

José Luís Ferreira

Mariana Silva